

A economia gaúcha e suas relações externas — 1889-930*

*Ronaldo Herrlein Jr.***

A economia brasileira, antes de 1930, constituía-se como uma pluralidade de economias regionais, pouco articuladas entre si, cada qual estabelecendo suas principais articulações com o mercado exterior (Cano, 1985; Castro, 1971). Exceção nesse conjunto de economias regionais foi a economia gaúcha, que, não obstante a excentricidade de seu território, encontrou historicamente seus principais mercados externos internamente ao Brasil, produzindo para atender à demanda por alimentos e matérias-primas existente em outras economias regionais. Neste ensaio, buscamos evidenciar que o desenvolvimento da economia gaúcha foi marcado por uma intensa expansão agrícola, comercial, industrial e urbana, durante a Primeira República. Tal expansão configurou uma economia estruturalmente diversificada e dotada de um notável dinamismo. A intensificação da acumulação comercial, a integração dos mercados locais pela rede de transportes fluviais e ferroviários e a ampliação dos mercados externos provocaram a expansão da renda interna em ritmo superior ao do crescimento das exportações. A economia gaúcha, em razão de sua condição de produtora agropecuária e agroindustrial, que tinha nos demais mercados regionais o seu diversificado “setor de mercado externo”, bem como em decorrência das transformações estruturais que experimentou no período, possuía um dinamismo distinto do observado nas economias regionais agroexportadoras e em outras economias regionais subsidiárias, como tratamos de demonstrar neste ensaio.

Para cumprir esse propósito, organizamos o texto em três seções. A análise das exportações regionais no período constitui o ponto de partida da investigação. Na primeira seção, as exportações são consideradas em vista dos seus mercados de destino. Na segunda, são avaliadas as mudanças estruturais

* Este ensaio consiste em uma versão muito condensada do primeiro capítulo da Tese de Doutorado do autor (Herrlein Júnior, 2000).

** Economista, Técnico da FEE, Doutor em Economia pela Unicamp e Professor da PUCRS. E-mail: ronaldo@fee.tche.br

O autor agradece os comentários e críticas de Luiz Roberto Targa, João Manuel Cardoso de Mello e Pedro Fonseca acerca dos conteúdos tratados neste ensaio.

da pauta de exportações, cuja apresentação fundamenta uma caracterização dos dois subsistemas econômicos existentes na região, o pecuário-charqueador e o da agropecuária colonial, que se completa com uma avaliação de conjunto da estrutura produtiva regional e de sua integração espacial pelo sistema de transportes. A terceira e última seção, partindo da análise das taxas de crescimento das exportações e dos saldos da balança comercial estadual, apóia-se nos elementos discutidos nas seções anteriores para apresentar uma interpretação das transformações estruturais e da dinâmica de movimento da economia regional durante o primeiro período republicano.

1 - Diversidade de mercados externos e autonomia da economia gaúcha

A relação da economia gaúcha com seus mercados externos conferiu certo grau de autonomia aos produtores locais e à economia regional como conjunto. A produção de uma gama relativamente ampla de produtos alimentares *in natura* ou processados garantia o provimento interno, de tal modo que os novos produtos que ganharam destaque na pauta de exportações após 1889 (produtos da agropecuária colonial ou da lavoura capitalista do arroz) expandiram sua produção, atendendo, primeiro, ao mercado regional e, a seguir, ao “nacional” (Dalmazo, 1986, p. 34).¹

A diversidade dos mercados alcançados pela produção regional, pela variedade tanto de produtos como de regiões de destino, tornou possível, ao longo de décadas, deslocar a oferta regional de uns produtos para outros, quando a produção local se viu ameaçada pela concorrência de produtores de outras regiões com melhor localização ou menores custos de produção (Castro, 1971; Fonseca, 1983). Por outro lado, no que diz respeito à lavoura, a diversidade de produtores, localizados em diferentes zonas do território estadual, permitia ao conjunto da economia estadual ajustar sua oferta na margem, deslocando-se entre cultivos, atividades e terras de diferentes níveis de produtividade. A relativa autonomia da economia gaúcha, considerada como um conjunto, expressava-se na forma de um dinamismo econômico parcialmente dependente das exportações, apresentando, porém, essa economia condições de realizar autonomamente importantes alterações na sua pauta de exportações, simultaneamente à expansão de seu próprio mercado interno.

¹ Como assinalou Singer, a peculiaridade dessa economia regional, em particular das zonas de colonização européia, é que ela não se vinculava ao mercado mundial por meio de algum dos poucos produtos de exportação, mas, sim, ao mercado interno brasileiro (1977, p. 169).

Essa flexibilidade permitiu que a produção regional mantivesse uma inserção dinâmica nos mercados regionais brasileiros ao longo da Primeira República, evidenciada pelo crescimento real das exportações gaúchas, da ordem de 5% ao ano, de 1901 a 1929.² A diversidade de mercados e produtos de exportação refletia as transformações da estrutura produtiva estadual. Nesse período, a estrutura de oferta da economia gaúcha diversificou-se em vista do desenvolvimento comercial e industrial da agropecuária colonial, configurando um segundo subsistema econômico, em acelerado processo de expansão, cuja pauta produtiva somava-se à pauta do subsistema pecuário-charqueador, que se expandia mais lentamente.

Tabela 1

Distribuição percentual, segundo os mercados de destino, das exportações do Rio Grande do Sul — 1901-30

PERÍODOS	MERCADOS REGIONAIS BRASILEIROS						EXTERIOR
	Total	RJ	SP	BA + PE	PR + SC	Outros Estados	
1901-12	74,2	25,8
1913-20	66,2	27,7	13,0	15,8	3,3	6,4	33,8
1921-30	70,0	32,5	14,1	12,3	2,6	8,3	30,0
1913-30	68,7	31,0	13,8	13,5	2,8	7,7	31,3
1901-30	70,9	29,1

FONTES DOS DADOS BRUTOS: ALMEIDA, Pedro F. C. de (1992). A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha: 1870-1930. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 373-375.

NOTA: Os dados utilizados na confecção da tabela encontram-se deflacionados na fonte.

² Retomaremos a análise da expansão das exportações e do dinamismo da economia regional na última seção deste ensaio.

Em que pese a importância da demanda externa, as transações comerciais apoiavam-se num precário sistema nacional de navegação por cabotagem. No século XIX, era reduzida a frequência de abordagens no porto de Rio Grande, única saída para o mar, que apresentava, periodicamente, dificuldade para receber grandes embarcações, sobretudo até 1918 (Almeida, 1992; Axt, 1998; Tejo, 1939). As dificuldades de transporte associadas a excentricidade geográfica da região no território brasileiro vieram a determinar outra característica importante da economia regional, o seu elevado grau de auto-suficiência. O relativo isolamento da economia gaúcha implicava expressivos custos de transporte, o que determinou que ela tivesse de prover-se, além dos alimentos que produzia, da maior parte dos demais bens de consumo corrente (vestuário, mobília) e das ferramentas, utensílios, meios de transporte terrestre, embarcações, etc. de que necessitava.³

A distância do Rio Grande do Sul e os precários meios de ligação com o resto do País encareciam os custos de transporte e dificultavam a penetração de produtos de outras regiões e do Exterior no mercado gaúcho (Tejo, 1939). É oportuno considerar que aquelas outras economias regionais, dada sua condição de economias assentadas nas lavouras de exportação, tinham pouco o que exportar para o Rio Grande do Sul. Assim, provavelmente, a economia dessa região obtinha os bens que lhe faltavam, importando-os principalmente do Exterior, para onde exportava menos valor, compensando-se desse déficit nas suas transações com as demais regiões brasileiras.⁴ Desse modo, a agregação de dois subsistemas econômicos combinava-se ao relativo isolamento geográfico, condicionando o desenvolvimento econômico no sentido tanto de uma diversificação produtiva e das exportações, quanto de um elevado grau de auto-suficiência no provimento dos bens necessários à sua reprodução (Tejo, 1939). Além de exportar uma larga parcela de sua produção, que, por sua natureza se prestou desde logo ao provimento das necessidades da população local, essa econo-

³ Durante o século XIX, o artesanato doméstico floresceu nas estâncias, e os ofícios, nas cidades, cabendo a muitos escravos as atividades de olaria, marcenaria, ferraria, serralheria e outras (Tejo, 1939; Cardoso, 1977). Mais tarde, foram os colonos europeus que exerceram atividades artesanais com finalidade comercial, pois, entre eles, havia um expressivo contingente de pessoas com profissões não-agrícolas.

⁴ Essa é a conclusão de Paul Singer, ao analisar a proporção das exportações internacionais do Rio Grande do Sul no total das exportações brasileiras de 1906 a 1908 (1977, p. 169). Os dados existentes quanto à pauta e à origem das importações do Rio Grande do Sul foram compilados e analisados por Dalmazo (1986), constatando-se um predomínio das importações advindas do Exterior no século XIX e, pelo menos, até 1920.

mia regional reproduzia-se historicamente com superávits comerciais (que perduraram até 1920).⁵

Essas características da economia gaúcha fizeram-na profundamente diferente de outras economias regionais brasileiras, melhor localizadas e vinculadas aos complexos agroexportadores. Nessas economias, do Nordeste e do Sudeste, sempre houve maior acesso aos bens importados, necessários, inclusive, à subsistência das populações locais. Tal condição viria a caracterizar a formação da indústria nessas outras regiões como alternativa ao comércio de importação no provimento dos respectivos mercados regionais, urbanos em especial. No caso do Rio Grande do Sul, as dificuldades de transporte e a circunstância de sua economia não ser agroexportadora para o mercado internacional facultaram maior proteção à indústria regional, que, em boa medida, se estabeleceu em substituição à produção artesanal.⁶

2 - Os dois subsistemas econômicos regionais e a estrutura da economia gaúcha

A evolução da economia gaúcha no período pode ser figurada, em princípio, através da análise do desenvolvimento de cada um dos dois subsistemas econômicos que vimos referindo, o do norte do Estado, baseado na agropecuária colonial, e o do sul, baseado na pecuária extensiva.⁷ Apresentamos essa análise

⁵ Os dados relativos aos saldos comerciais cobrem 38 anos entre 1838 e 1880 e 30 anos de 1901 a 1930. No primeiro período, houve superávit em 28 anos, ocorrendo déficits sempre em anos nos quais o valor das importações apresentou-se anormalmente elevado. Nas décadas de 50, 60 e 70 do século XIX, os saldos das exportações sobre as importações atingiram, em média, 17%, 21% e 91% respectivamente (Dalmazó, 1986, tab. I-1, II-1). No segundo período citado, houve superávits em todos os anos, até 1920, superiores a 50%, em média, conforme a Tabela 3.

⁶ Também é provável que a melhor distribuição da renda e a menor concentração da riqueza entre a população gaúcha determinassem uma restrição da demanda por bens importados em comparação com as regiões agroexportadoras.

⁷ A referência ao subsistema econômico da agropecuária colonial como situado na Metade Norte do Estado, em contraste com o subsistema pecuário-charqueador, situado na Sul, é uma simplificação que adotamos, justificável pelo elevado nível de abstração com que se apresenta aqui a estrutura produtiva estadual. No Planalto (norte), nas Missões (noroeste) e nos Campos de Cima da Serra (nordeste), antes da colonização, predominava a atividade pastoril, com presença, inclusive, de latifúndios, mas em campos de pior qualidade e menos valorizados que os da Campanha (sul). O estabelecimento das "colônias novas" no primeiro período republicano determinou uma estrutura produtiva e social híbrida no extremo norte (Planalto) e no noroeste do Estado (parte das Missões) (Fonseca, 1983).

se a seguir, tomando como ponto de referência a evolução das exportações dos principais produtos nos dois subsistemas econômicos regionais. Dada a natureza dos produtos exportados, essa exposição propicia uma apresentação do Setor Primário e das agroindústrias na região. Após a consideração dos dois subsistemas, acrescentamos, de modo sumário, algumas informações sobre sua evolução demográfica relativa, bem como a respeito do sistema bancário e da indústria, procurando completar uma noção de conjunto da estrutura da economia regional. No final da seção, buscamos situar a posição da economia gaúcha entre as economias regionais brasileiras.

A diversificada produção agrícola predominava ao norte do Estado, onde se desenvolveram cultivos para o mercado regional e a exportação.⁸ As exportações de produtos da agropecuária colonial vinham crescendo e se diversificando desde a década de 60 do século XIX e já alcançavam um valor equivalente às do charque nos anos 90.⁹ Quase todos os produtos agrícolas e mesmo aqueles sujeitos a beneficiamento e processamento agroindustrial (farinhas, fumo, erva-mate, vinho, banha) adquiriam, desde a década de 50, progressiva importância no consumo local, reduzindo as importações estaduais de alimentos (Dalmazo, 1986). Ao final do século, a produção colonial experimentou um processo de mercantilização para atingir o mercado estadual, antes de seus produtos se tornarem artigos importantes na pauta de exportações. Em geral, os produtos exportados também continuaram a ganhar importância no consumo estadual, em função do crescimento do mercado interno à região. A contribuição da agropecuária colonial ao crescimento da produção estadual deu-se pela ampliação da produtividade e pelo aumento da área cultivada, avançando sobre a fronteira agrícola regional em expansão, deslocando-se para o norte e o noroeste do território estadual, que passou a ser ocupado por novos colonos e pela descendência daqueles já estabelecidos nas colônias antigas.

⁸ Uma "(...) produção agrícola diversificada é uma das principais características da economia gaúcha desde o final do Império, prolongando-se tal diversificação por toda a República Velha". Isso permitiu a auto-suficiência estadual em arroz, feijão, lentilhas, milho, erva-mate, cebolas e alhos, alfafa, batatas, uvas, mandioca, fumo, etc. Dentre esses produtos, apenas o arroz e a cebola não eram cultivos da economia colonial, conforme Fonseca (1983, p. 50, p. 63).

⁹ As exportações coloniais começaram com feijão, milho, farinha de mandioca e erva-mate. Alcançaram 12% do total das exportações regionais em 1860, com a introdução de novos produtos: batata, fumo e madeiras. Na década seguinte, o elenco de produtos foi acrescido de cebolas, vinho, amendoim, cevada, alpiste, laranja e ervilha. Na década de 90 do século XIX, o valor exportado em produtos da lavoura sofreu grande elevação, chegando a representar 25% do total em alguns anos (Dalmazo, 1986, *passim*, tab. 1-3).

As dificuldades de transporte determinaram um alto grau de isolamento das unidades de produção colonial, que se tornavam dependentes do capital comercial para o seu desenvolvimento. As colônias sobreviveram às dificuldades de transporte, visto que produziam, antes de tudo, sua subsistência, tomando a forma de mercadorias os excedentes sobre seu consumo. Contudo era preciso vender, fosse para ter acesso aos bens que a colônia não podia produzir, fosse para saldar as dívidas pela compra dos lotes. A dependência em relação aos comerciantes facultava-lhes a imposição de preços elevados para os bens importados e baixos para os produtos de exportação, que puderam ser absorvidos pelos colonos sem que isso criasse problemas imediatos à manutenção de sua capacidade de produção. O processo de consolidação do setor agrícola no Rio Grande do Sul teve, portanto, um caráter contraditório, pois gerou renda para a acumulação comercial à custa dos produtores.

O controle do capital comercial fazia-se tanto sobre as exportações e as importações estaduais quanto sobre a circulação interna de mercadorias, através das “vendas”, dos caixeiros-viajantes e da propriedade sobre as empresas de navegação. Esse capital foi aplicado na expansão dos próprios negócios comerciais e na formação de indústrias, ampliando a densidade e o peso dos interesses econômicos regionais, a ponto de oferecer resistência à concorrência dos interesses mercantis que operavam nos mercados nacional e internacional, garantindo, assim, maior retenção do excedente na esfera econômica regional (Dalmazó, 1986, p. 30-31).

Como assinala Singer, “(...) o que se verifica na economia das colônias é uma transformação verdadeiramente revolucionária, ou seja, a passagem da produção de subsistência [...] para a produção comercial” (1977, p. 168). Essa transformação pode ser assim caracterizada:

“(...) o vigor da expansão das exportações, em combinação com a intensa divisão da terra característica da zona colonial gaúcha, gerava um importante mercado a ser explorado. Desse modo, acumulava-se capital e gestava-se significativa capacidade de compra num meio em que havia uma numerosa população rural, potencialmente transferível para atividades urbanas, fossem elas artesanais ou industriais. Por isso, a expansão do capital comercial, significando também o crescimento da atividade agropecuária da colônia, induzia e, mesmo, exigia uma rápida transformação social” (Almeida, 1992, p. 555).

A evolução das exportações dos principais produtos da agropecuária colonial pode ser avaliada através de sua participação nos valores totais exportados pelo Rio Grande do Sul, considerando-se os montantes totais desses valores

para três períodos, conforme a Tabela 2.¹⁰ Dentre aqueles produtos, feijão e farinha de mandioca foram os primeiros a adquirir expressão comercial. Suas exportações cresceram muito na primeira década republicana, perdendo, posteriormente, espaço na pauta estadual, quando ganharam importância as exportações de fumo, banha, vinho e madeiras.¹¹ Embora vários produtos tenham concorrido para a ascensão da economia da agropecuária colonial a uma posição equiparável ao subsistema baseado na pecuária sulina, a banha foi o mais importante.¹²

Para avaliar o peso dos diferentes cultivos na oferta agrícola total do Rio Grande do Sul, basta assinalar que, na safra 1927/1928, os principais cultivos, segundo importância no valor da produção, foram milho, erva-mate, arroz, trigo, feijão, mandioca, batata-inglesa, cana, fumo, alfafa e cebolas (Fonseca, 1983, p. 50). Cabe considerar que todos esses produtos, embora em diferentes proporções, tinham no mercado interno à região sua principal destinação, mesmo quando eram importantes na pauta de exportações.

O arroz foi o produto que teve a expansão mais significativa nas exportações em todo o período em análise. No início do século XX, contando com uma legislação federal protecionista, o cultivo do arroz estabeleceu-se em municípios da zona central e do litoral da Lagoa dos Patos, por iniciativa de capitais ligados à pecuária ou ao comércio nesses municípios, onde predominavam as atividades da pecuária e charqueadas. A lavoura do arroz viria a ser a primeira

¹⁰ Convém assinalarmos que a simples manutenção do peso de um produto na pauta significa acentuado dinamismo, dadas as taxas de crescimento das exportações totais em todo o período da Primeira República. A Tabela 4 pode ser consultada para uma boa aproximação dos desempenhos específicos por produto. A análise de cada produto dentre os principais na pauta de exportações do Rio Grande do Sul no período em foco foi quase totalmente suprimida na elaboração deste ensaio. Para uma análise mais detida, consultar Herrelein Júnior (2000), onde nos baseamos nos dados compilados por Dalmazo (1986) e no estudo de Fonseca (1983, p.56-70), que informam, juntamente com as séries dos valores exportados para os diversos produtos, os respectivos dados relativos à produção total (valores ou quantidades), o que nos permite especular com algum fundamento acerca do conjunto da oferta estadual e das proporções da demanda externa e interna na sua absorção.

¹¹ O milho também perdeu importância nas exportações, passando a ser consumido no Estado, pois se tratava de componente básico para a alimentação do rebanho suíno, visando à produção de banha. O feijão, mesmo quando foi importante na pauta de exportações, sempre teve a maior parte de sua produção consumida internamente, montando essa parcela cerca de 75% da produção na última década do período em análise.

¹² Para Fonseca, foi através da banha que o norte do Rio Grande do Sul se integrou definitivamente à economia estadual, iniciando, gradualmente, uma transferência de "hegemonia econômica" (1983, p. 62-63): A banha foi o único produto da agropecuária colonial em que a parcela exportada da produção superou aquela destinada ao mercado regional, porém apenas a partir de 1919.

conduzida em moldes capitalistas, como grande lavoura intensiva em capital, caracterizando, ao lado da incipiente indústria, a penetração do capital na esfera da produção.¹³

Tabela 2

Participação percentual dos principais produtos, segundo as somas dos valores, no valor total das exportações do Rio Grande do Sul, em períodos selecionados

PRODUTOS	1878-88	1889-900	1919-29
1 - Charque	30,3	25,9	19,1
2 - Couros	30,5	18,7	10,1
3 - Lã	1,4	1,9	4,2
4 - Carnes frigorificadas	-	-	3,8
I - Subtotal: soma de 1 a 4	62,2	46,5	37,2
5 - Banha	1,8	11,3	15,6
6 - Farinha de mandioca	3,2	7,3	2,2
7 - Feijão	0,2	7,6	3,8
8 - Fumo	1,9	2,9	4,3
9 - Outros (1)	1,7	1,8	3,4
10 - Vinho	0,1	0,1	2,5
II - Subtotal: soma de 5 a 10	8,8	31,0	31,6
11- Arroz	-	-	10,1
III - Subtotal: I + II + 11	71,0	77,6	78,9
TOTAL DO RS	100,0	100,0	100,0

FONTE: Tabela 4.

NOTA: 1. Os percentuais refletem o peso das somas dos valores por produto na soma dos valores totais exportados, nos níveis de preços correntes.

2. Grupo I: principais produtos de exportação da pecuária sulina; Grupo II: principais produtos de exportação da agropecuária colonial; Grupo III: principais produtos de exportação do Rio Grande do Sul.

(1) Batata-inglesa, erva-mate, cebola e alho.

¹³ O arroz era exportado para os mercados brasileiros e do Prata, mas, apesar das participações crescentes nas exportações regionais (alcançando 10,1% do valor total no período 1919-29), o consumo interno sempre predominou na absorção da produção, de modo que, nos seis anos, de 1925 a 1930, as exportações representaram apenas 24% da produção.

A zona sul do Estado, que abrigava o subsistema econômico apoiado na pecuária, também experimentou transformações importantes no período, embora seus principais produtos de exportação, o charque e os couros, tenham sofrido grande perda relativa no conjunto da pauta. O aspecto menos notável nessas lentas transformações foi a mercantilização dos meios de vida na Campanha, atingindo a vida nas estâncias, através da desarticulação de sua produção de subsistência, já afetada pelo declínio do escravismo na segunda metade do século XIX. É provável que a melhoria dos meios de transporte e o desenvolvimento do comércio estivessem paulatinamente tornando antieconômica a auto-suficiência das estâncias. As cidades da Campanha, outrora ricos povoados de florescente comércio, abrigando os grandes proprietários rurais e suas famílias, passavam a receber os contingentes de homens excedentes na nova vida das estâncias. O cercamento das terras e o transporte ferroviário, ao diminuir as tarefas de criação e movimentação do rebanho, facultaram a redução dos contingentes de peões e tropeiros, cuja relação com o proprietário se estabelecia, cada vez mais, sob a forma de assalariamento. Contudo a maior parte da riqueza do Rio Grande do Sul ainda estava concentrada na Campanha e nas principais cidades do sul.¹⁴

As exportações de charque e de couros, ao longo da Primeira República, apresentaram fraco dinamismo. No que diz respeito às charqueadas, cuja produção fora duramente atingida pela abolição da escravidão, a estagnação das quantidades exportadas foi superada a partir da primeira década do século XX, atingindo seus maiores níveis históricos no período 1921-29. A “estagnação” das charqueadas deve ser considerada em termos muito relativos no que concerne às exportações regionais, visto que, ao final do período, o charque continuava sendo o principal produto exportado (Tabela 2). O consumo de charque no mercado regional cresceu 67% entre 1907 e 1927, expansão superior à de 21% alcançada pelas exportações no mesmo período. Essa evolução indica que a expansão da renda interna, devida ao dinamismo das exportações de outros

¹⁴ No quadrante sudoeste do território do Rio Grande do Sul, situa-se a zona da Campanha, junto à fronteira com o Uruguai. Essa zona abrigava os melhores e mais valorizados campos de pastoreio e rebanhos do Estado. Ali se situavam oito dentre os 10 municípios com maior rebanho bovino no País, em 1920. Também se concentrava na zona sul a maior parte dos rebanhos ovino e eqüino do Estado, conforme Fonseca (1983, p. 42-45).

produtos, assegurou a ampliação da demanda local para o charque (Fonseca, 1983, p. 59).¹⁵

As exportações de couros, que tiveram grande importância no século XIX, sofreram a maior perda relativa no período em análise. As quantidades exportadas de lã, outro produto importante da pecuária sulina, quadruplicaram entre 1907 e 1927. O valor das exportações de lã cresceu ainda mais do que as quantidades, devido ao movimento de ascensão dos preços a partir de 1917, observando-se um peso crescente desse produto na pauta das exportações regionais.

A carne frigorificada foi vista como a possível redenção da pecuária, diante da decadência do charque. Através de incentivos fiscais, procurou-se atrair investimentos estrangeiros para a instalação de frigoríficos. Com a eclosão da guerra e a elevação dos preços dos alimentos, os capitais estrangeiros instalaram três plantas em 1917. Tais investimentos, realizados num período excepcional e preventivamente, não se confirmaram lucrativos após a guerra, quando se constatou um excesso de oferta no mercado internacional de carnes frigorificadas. Como a produção platina e a de outros países apresentassem melhor rentabilidade, as empresas internacionais que controlavam o mercado mundial reduziram a produção gaúcha e converteram parte de sua capacidade instalada para a produção de charque (Torres, 1983, p. 90). Os frigoríficos estrangeiros também ficaram em condições de determinar os preços de aquisição do boi, frustrando as expectativas dos pecuaristas quanto ao papel positivo dos mesmos para sua atividade.

O subsistema econômico do sul do Estado, apoiado na grande propriedade fundiária e na pecuária extensiva, apresentou uma reduzida capacidade de autotransformação, no sentido de integrar novos ramos de produção agrícola ou industrial, capitalistas ou não (Almeida, 1992, p. 551). A concentração da riqueza e o caráter rentista de sua aplicação retardavam o desenvolvimento capitalista, restringindo as oportunidades de mercado e emprego.¹⁶ Entretanto a pecuária, a charqueada, a ovinocultura e os frigoríficos foram setores responsáveis por importante volume de produção, expresso pela participação majoritária de seus respectivos produtos no valor total das exportações regionais (Tabela 2). Assim,

¹⁵ O maior dinamismo da demanda interna do charque pode ser atribuído à conjuntura dos anos da I Guerra Mundial, quando ocorreu contingenciamento das exportações de alimentos, e o seu consumo interno se manteve em elevado patamar. Como tendência verificada em todo o período assinalado, o crescimento do consumo interno de charque provavelmente reflete, também, a integração territorial e comercial dos dois subsistemas econômicos regionais.

¹⁶ Não será possível, nos limites deste ensaio, considerarmos as razões do retardamento do processo de desenvolvimento no subsistema econômico baseado na pecuária, que manteve, no período, uma lógica de operação avessa à modernização capitalista (Torres, 1983; Dalmazo, 1986).

apesar da distribuição regressiva da renda rural, na economia do sul do Estado desenvolveram-se a urbanização e a acumulação comercial e ampliou-se o mercado local durante a Primeira República (Almeida, 1992, p. 560).

As observações que vimos de realizar acerca das exportações e das características do processo de desenvolvimento nos dois subsistemas econômicos regionais explicam a mudança notável observada na pauta de exportações, com a ascensão relativa dos produtos da agropecuária colonial e do arroz, em contrapartida ao decréscimo dos produtos da pecuária da zona sul (Tabela 2). O peso relativo do subsistema da pecuária na pauta de exportações decaiu, ao longo de todo o período, a aproximadamente 60% do que era antes da República. Dentro do período em análise, a maior parte do declínio relativo ocorreu já na primeira década republicana. Igualmente, ocorreu nessa década a maior ascensão relativa observada para os produtos da agropecuária colonial na pauta de exportações regionais. Seu peso relativo mais que triplicou em cerca de 10 anos, mantendo-se nesse patamar, com alternância de produtos, até a última década do período em análise. Com essa performance, a agropecuária colonial atingiu um peso equivalente ao outro subsistema na estrutura da pauta de exportações. A principal mudança que se observou, após a primeira década republicana, foi o surgimento do arroz simultaneamente à continuidade da queda da importância dos produtos da pecuária sulina no conjunto das exportações.¹⁷ A economia pecuário-charqueadora manteve importância, ao lado da economia colonial em expansão, de modo que, no final do período, havia na economia gaúcha dois subsistemas importantes, apesar da mudança nos seus pesos relativos nas exportações regionais ao longo do período. Isso significa que as bases do mercado regional e da acumulação comercial se ampliaram muito nessa época, favorecendo o surgimento e o crescimento de uma diversificada indústria de bens de consumo não duráveis durante a Primeira República.

Além daqueles setores agroindustriais já referidos acima, estabeleceram-se no Rio Grande do Sul diversos ramos industriais no período em análise. Os primeiros estabelecimentos industriais de grande porte (com mais de 100 operários) foram do ramo têxtil e estabeleceram-se no sul do Estado, devido às vantagens de localização em proximidade ao porto, tanto para o acesso a maté-

¹⁷ A mudança do peso econômico relativo dos dois subsistemas regionais, que transpareceu na pauta de exportações, também pode ser verificada pela evolução demográfica. Segundo uma divisão regional em três zonas, proposta por Bandeira (1994, p. 33), as zonas norte e nordeste detinham 48% da população em 1890, passando essa participação a 59% em 1920. De 1890 a 1900, as taxas geométricas anuais de crescimento demográfico no norte e no nordeste foram da ordem de 3,3%, enquanto no sul foi de apenas 1,8%. De 1900 a 1920, destacou-se a evolução demográfica do norte, que era a zona das colônias novas, apresentando uma taxa anual de 4,8%, a única superior à média.

rias-primas importadas, quanto para exportar a produção. Nas maiores cidades do sul, Rio Grande e Pelotas, a indústria era mais concentrada e pouco diversificada. No norte, a acumulação de capital comercial esteve na origem da indústria de Porto Alegre, que transcorreu entre 1889 e 1910. Essa indústria produzia uma diversificada gama de bens de consumo, com participação expressiva de muitos pequenos proprietários, voltando-se, sobretudo, ao atendimento do mercado regional, que se via ampliado pela incipiente urbanização, bem como pela integração do território estadual através da rede de transportes fluviais e ferroviários. Foi devido a essas condições que parte expressiva da indústria regional se originou e se desenvolveu, suprimindo um mercado anteriormente atendido por produção artesanal.¹⁸

Durante a Primeira República, foram estabelecidas as condições objetivas para a articulação interna dos dois subsistemas da economia regional. A integração espacial fez-se através do desenvolvimento de uma rede fluvial operada comercialmente e da implantação de novos trechos e ligações da rede ferroviária, cabendo um pequeno papel para as vias rodoviárias (Ferreira Filho, 1960; Almeida, 1992).¹⁹ O desenvolvimento dos transportes no Rio Grande do Sul integrou o mercado regional, viabilizando-se, então, as condições objetivas para a circulação de mercadorias entre todas as partes do território gaúcho, através das vias de transporte fluvial e ferroviário. Paralelamente, através do combate ao contrabando, transcorreu, durante a Primeira República, a delimitação da fronteira econômica da região, deslocando-se significativamente a produção e o comércio da fronteira sul das suas vinculações com a praça e o porto de Montevideu para uma posição tributária do Estado regional e vinculada às praças de Rio Grande e Porto Alegre (Targa, 2000, p. 105). Delimitou-se o espaço do mercado interno regional e, com isso, o campo de ação para a reprodução dos capitais regionais, enquanto se superava o isolamento histórico dos dois subsistemas. Tais condições traduziram-se na ampliação do mercado para as muitas atividades que atendiam à demanda interna, como a agricultura, a agroindústria de alimentos e outros ramos da indústria.

¹⁸ A proposição de que o mercado regional gaúcho se integrou nesse período se opõe à interpretação desenvolvida por Paul Singer (1977) em seu ensaio clássico, onde, além de considerar que a indústria regional teve como via exclusiva de sua origem a “substituição de importações” (que já teriam destruído o artesanato), sustentava, também, a idéia de que os dois subsistemas econômicos da região teriam permanecido isolados durante a Primeira República. Para uma consideração crítica adequada das posições de Paul Singer (1977), ver Herlein Júnior (2000, cap.1).

¹⁹ A acumulação de capital na região viabilizou a implantação da navegação comercial. As ferrovias apoiaram-se indiretamente nesse processo, pois foram construídas pelo capital estrangeiro, com garantias de juros pelo Estado, ou construídas diretamente pelo mesmo em alguns trechos.

Também durante a Primeira República, constituíram-se ou expandiram-se os bancos regionais, com capital de proprietários nacionais, que eram os maiores desse gênero no País. Em 1920, o Rio Grande do Sul possuía mais bancos controlados por brasileiros que as demais economias regionais importantes (Love, 1975). Por não estar voltada para o mercado externo, a economia gaúcha não atraiu casas bancárias estrangeiras, que tiveram importante presença em São Paulo e no Rio de Janeiro. Não obstante, capitais locais constituíram expressivos bancos regionais, que deram suporte às atividades produtivas e comerciais no Rio Grande do Sul (Lagemann, 1999, 1985). O sistema bancário regional detinha forte credibilidade e somente veio a ser abalado com a crise instalada a partir de 1929 (Franco, 1983, p. 146). Antes disso, em 1928, o Governo Estadual instituiu um banco público, com caráter de banco de desenvolvimento (Love, 1975).

A conjugação de dois subsistemas econômicos fazia da economia gaúcha a segunda ou a terceira economia regional de maior peso no País, após a economia paulista. O Rio Grande do Sul era a quarta unidade federada em tamanho da população, com 7,1% da população nacional (após Minas Gerais, São Paulo e Bahia), mas respondia por, aproximadamente, 11,4% do valor bruto das produções agrícola e industrial nacionais em 1920 (Love, 1975, p. 118). Nesse valor, ocupava a terceira posição nacional, com cerca de 0,8 milhão de contos de réis, após São Paulo e Minas Gerais, cujos valores eram de cerca de 2,1 milhões e um milhão de contos de réis respectivamente (o Distrito Federal e o Rio de Janeiro, somados, atingiam 1,1 milhão). Considerando o valor das produções agrícola e industrial *per capita*, o Rio Grande do Sul detinha a segunda posição, com 376 mil réis, atrás de São Paulo, com 587 mil réis, e à frente de Minas Gerais, com 178 mil réis (Love, 1975, p. 117).

A importância de sua produção primária colocava a economia gaúcha em posição de destaque nacional em 1920. Era a segunda economia regional quanto ao valor das propriedades rurais, também após São Paulo, sendo Minas Gerais a terceira, embora com quase o dobro da área (Love, 1975, p. 117). Quase metade dos tratores existentes nos estabelecimentos agrícolas brasileiros em 1920 estava no Rio Grande do Sul, que detinha o dobro de São Paulo. O número de arados era 2,6 vezes o número existente em São Paulo (Cano, 1985, p. 359). Apesar do caráter diversificado das produções primária e agroindustrial gaúchas, o Rio Grande do Sul era o primeiro produtor nacional de trigo, batata-inglesa, vinho, mel e cera, o segundo em fumo e farinha de mandioca e o terceiro em arroz, feijão e milho (Fonseca, 1983, p. 50). Na pecuária, o Rio Grande do Sul detinha os maiores rebanhos bovino (25% do nacional), ovino (58,7%) e equino (27%) e o segundo maior rebanho suíno (21%), observando-se o quase-monopólio regional da produção de lã (97%) (Fonseca, 1983, p. 42-49).

Na indústria, em 1920, a posição do Rio Grande do Sul também era destacada, pois, em valor da produção, era superado apenas por São Paulo e Distrito

Federal (Love, 1975, p. 136). Considerando-se os capitais investidos na indústria, um terço do total nacional estava em São Paulo, ocupando o Rio Grande do Sul a segunda posição, com 12% (Ibid., p. 117). No mesmo ano, a economia gaúcha detinha a terceira posição nacional quanto ao valor das arrecadações estaduais, após São Paulo e Minas Gerais.

Há evidências não apenas de que o Rio Grande do Sul possuía uma economia dinâmica, como também de que essa economia adquiria importância cada vez maior em nível nacional (Love, 1975, p. 138). No final do período, a economia regional achava-se em nítida expansão, e, provavelmente, a produção gaúcha estivesse superando a de Minas Gerais nos anos 20, pois a arrecadação estadual gaúcha em 1930 passou para a segunda posição nacional. Mesmo em 1920, a arrecadação federal no Rio Grande do Sul já ultrapassava a de Minas Gerais (Ibid., p. 117, p. 137). Apesar de considerar precárias as informações comparativas sobre produção econômica, Love assinala que a "(...) posição relativa do Rio Grande melhorou claramente durante a República Velha", passando o valor da produção agrícola da sexta posição nacional em 1886 para a terceira em 1920 (1975, p. 133).

3 - A transformação e o movimento da economia gaúcha

Vimos que a economia regional assumiu, progressivamente, uma nova configuração no período da Primeira República, alterando-se sua estrutura de oferta. Essa nova configuração da economia regional é, em parte, expressa pela mudança na pauta de exportações, que decorreu, principalmente, da emergência de um novo subsistema econômico, baseado na agropecuária colonial e que adquiriu peso equiparável ao do sul nas exportações, e, também, do surgimento de um novo setor produtivo: a lavoura capitalista do arroz.

Na nova configuração que a economia regional assume, é nítido o papel dinâmico desempenhado pelo subsistema do norte. A maior parte dos produtos que tiveram as maiores taxas de crescimento da produção e das exportações no período pertence ao subsistema econômico do norte.²⁰ A mudança na pauta de exportações expressa o deslocamento do predomínio econômico do sul para

²⁰ Fonseca também assinala que o dinamismo da economia estadual no período foi conferido pela agropecuária colonial, indicando que todos os novos municípios então criados são da Metade Norte do território estadual (1983, p. 70). Porto Alegre tornou-se o principal pólo econômico, observando-se a decadência relativa de Rio Grande e Pelotas. A participação de Porto Alegre no total das arrecadações municipais era de 20% em 1912, alcançou 30% em 1917 e chegou a mais de 40% após 1925 (1983, p. 68, p. 138, tab. 44).

o norte na economia gaúcha, pois, até o final do Império, o subsistema baseado na pecuária sulina caracterizava praticamente o conjunto da economia regional.

Além das exportações, cabe considerarmos o maior peso do mercado regional para a absorção da produção do norte que para a produção do sul. Todos os produtos da agropecuária colonial, com exceção da banha a partir de 1919, possuíam no mercado interno à região sua mais importante parcela de vendas. O mesmo não ocorria com o charque e com os couros, que se destinavam, basicamente, às exportações, apesar de que, para esses produtos e a lã, cresceu a importância absoluta do consumo interno no período. Levando-se em conta o conjunto da produção estadual, é provável que o peso do subsistema econômico da agropecuária colonial tenha se tornado maior que o do outro subsistema.

Além disso, visto que, ao longo do período, foram estabelecidas as bases físicas para a integração econômica do conjunto da região, é razoável argumentar que, mais do que um predomínio, tenha se estabelecido uma “hegemonia econômica” do norte. Mesmo antes da virada do século, o subsistema econômico da agropecuária colonial devia garantir o abastecimento de seus produtos (alimentos) não apenas na zona colonial (como produção para autoconsumo) e em suas cidades, especialmente Porto Alegre, mas, também, através da ligação desta com Rio Grande, na zona sul do mercado regional, pelo menos parcialmente.²¹ Com a integração espacial do território estadual através da conexão dos ramais ferroviários, o alcance da produção colonial sobre o mercado regional ampliou-se. Uma produção primária, mas também da indústria que se constituía em Porto Alegre e em outras cidades da zona colonial, cujo mercado era fundamentalmente o do conjunto da região. O dinamismo expressivamente superior das exportações vinculadas à agropecuária colonial, combinado à diversificação e à especialização produtivas a partir da pequena propriedade, determinou a expansão dos mercados locais, favorecendo o posterior avanço sobre o mercado interno regional. Nesse sentido, de ter uma produção que encontra no mercado regional sua principal base e também pelo seu papel dinâmico, o subsistema econômico do norte assumiu posição “hegemônica” na região, ao longo da Primeira República.

Essas transformações produtivas repercutiram no movimento do conjunto da economia estadual, possibilitando tanto um crescimento excepcional das exportações quanto uma ampliação do mercado interno. O desenvolvimento dos

²¹ Segundo Antônio Barros de Castro, um visitante europeu observou, já nos primeiros anos do século XX, que a Campanha “(...) se torna cada vez mais tributária da região colonial, que lhe envia seus produtos por água através da lagoa” (Pierre Denis, *Le Brésil au XX siècle*, Paris, 1910, *apud* Castro, 1971, p. 57). O viajante também assinalou outras importantes vinculações econômicas entre a zona colonial e a da pecuária sulina, particularmente o processamento industrial na primeira de matérias-primas produzidas na segunda.

transportes ampliou os vínculos com os mercados externos, favorecendo, dessa forma, ambos os subsistemas e o conjunto das exportações regionais. Uma primeira aproximação do movimento da economia gaúcha pode ser estabelecida a partir de uma análise do desempenho das exportações e dos saldos comerciais. Posteriormente, tratamos de completar a caracterização desse movimento, considerando o papel do mercado interno à região.

A análise das exportações e dos saldos comerciais foi realizada dividindo-se a Primeira República em quatro subperíodos. A Tabela 3 indica que, nos anos 1891-900, houve uma pequena ampliação do valor real das exportações, que estiveram, em média, 23% acima dos valores observados no decênio anterior, marcado pela crise das exportações de charque e couros. Mas o maior dinamismo do comércio exterior transcორreria após a virada do século.

Desde então, até 1929, evidenciou-se um crescimento real das exportações gaúchas da ordem de 5% ao ano. Os dados indicam que o dinamismo dessa economia regional foi excepcional, pois, no mesmo período, o Produto Interno Bruto brasileiro aumentou 4,6% a.a., enquanto as exportações brasileiras, 3,7% a.a.²² A principal economia regional brasileira, a paulista, possuía uma massa econômica de cerca de 2,5 vezes a da economia gaúcha, mas suas exportações internacionais, aproximadamente no mesmo período (1901-28), cresceram apenas à taxa média anual de 3,3%, enquanto suas exportações totais teriam crescido, no máximo, a uma taxa média de 4,4% a.a.²³

Nas três primeiras décadas do século XX, as exportações gaúchas experimentaram duas fases de expansão, intercaladas por uma fase de retração. Até 1913, as exportações apresentaram um acentuado dinamismo, com um crescimento real de 6,9% a.a., de modo que, no subperíodo 1901-13, a média dos valores reais exportados superou a média do subperíodo anterior em 67%. A balança comercial foi positiva em todos os anos e, segundo a média dos saldos anuais, as exportações superaram as importações em 58%.²⁴

²² Dados em Abreu (1992), Anexo Estatístico, colunas 1 e 7.

²³ Dados brutos em Almeida (1992, p. 573), aplicando-se o mesmo deflator utilizado para os dados das exportações gaúchas. Não dispomos dos dados para exportações totais de São Paulo, mas apenas uma informação incompleta sobre a proporção das exportações internacionais no total (Cano, 1977, tab. 36). Para chegar à taxa de 4,4% a.a., supomos que essa proporção tenha sido de 80% em 1901 e caído para 60% em 1928, o que provavelmente superestima o crescimento do valor das exportações totais da economia regional paulista.

²⁴ O desempenho das exportações gaúchas, provavelmente, também decorreu das melhorias no transporte de navegação por cabotagem após 1900, assinaladas por Tejo (1939), bem como da política dos governos estaduais de estímulo às exportações através de isenções fiscais. Ver, a respeito, Carvalho, Pereira, Almeida (1998).

Após 1913, observa-se uma evolução negativa das exportações até 1920. O advento da guerra na Europa e suas repercussões sobre a economia nacional afetaram às exportações gaúchas, que decaíram 6,6% ao ano.²⁵ Além disso, durante a I Guerra Mundial, especialmente nos anos 1914-16, estabeleceu-se uma situação singular para o comércio regional, pois as exportações de produtos alimentares foram proibidas ou contingenciadas por decretos do Governo Estadual, que visava assegurar o abastecimento local numa época de escassez e carestia. Em 1917, as exportações voltaram a crescer, de modo que, na média dos anos 1914-20, verificou-se o mesmo patamar anual para os valores exportados observado no subperíodo anterior. Apesar de as exportações terem permanecido, em média, estagnadas, os saldos comerciais foram positivos em todos os anos. Tais saldos foram ainda mais favoráveis que nos anos anteriores, com as exportações superando em 99%, em média, as importações, que se viram muito mais afetadas pela conjuntura de guerra.

As taxas de crescimento das exportações gaúchas colocam em questão o seu papel subsidiário da economia cafeeira, especialmente de São Paulo, pois, de 1901 a 1921, as exportações totais do Rio Grande do Sul tiveram um crescimento 45% superior ao das exportações internacionais daquela região.²⁶ Caso houvesse uma relação estreita e direta entre o desempenho das exportações gaúchas e as exportações cafeeiras, seria de se esperar que a economia gaúcha tivesse seu crescimento restringido durante a fase depressiva do primeiro “ciclo longo do café”, entre 1899 e 1918, (Mello, 1982, p. 123). Além disso, seria provável que a economia gaúcha fosse prejudicada em seu crescimento nesse período, como presumiu Antônio Barros de Castro (1971, p. 84, p. 122-124), pela diversificação da agricultura paulista então ocorrida, desfazendo a divisão regional do trabalho anterior a 1900. Entretanto a crise do café do início do século não impediu o crescimento da economia brasileira, cujo Produto Interno Bruto se expandiu em 111,7%, superando em 16% o crescimento das exportações gaúchas (de 1901 a 1921) e indicando que o desempenho destas últimas se vinculava mais estreitamente ao dinamismo do conjunto da economia nacional.²⁷

²⁵ A deflagração da guerra, em julho de 1914, agravou a crise internacional que se iniciara em 1913 e que já havia atingido a economia brasileira pela brusca redução nos preços de seus principais produtos de exportação. Esses preços caíram a níveis extremamente baixos, o que exerceu forte efeito depressivo sobre a economia brasileira, caracteristicamente agroexportadora (Villela, Suzigan, 1975, p. 135-140).

²⁶ Tomamos os dados para 1921 (Almeida, 1992, p. 573) em lugar de 1918, porque, neste último, houve um valor anormalmente baixo para as exportações de café (Cano, 1977).

²⁷ Dados do PIB em Abreu (1992), Anexo Estatístico, coluna 1.

Tabela 3

Evolução das exportações e saldos comerciais do Rio Grande do Sul,
por subperíodos — 1880-929

SUBPERÍODOS	EVOLUÇÃO REAL DAS EXPORTAÇÕES				SALDOS COMERCIAIS MÉDIOS (1) (relação X / M)
	Variação Ponta a Ponta (2) (%)		Médias por Subperíodo		
	Total	Ao ano (3)	Valores (em contos de réis de 1929)	Variação (%)	
De 1880 a 1890	-2,6	-0,3	107 813	-	...
De 1891 a 1900	19,1	1,8	132 553	22,9	...
De 1901 a 1913	138,3	6,9	221 544	67,1	1,58
De 1914 a 1920	-38,0	-6,6	220 382	-0,5	1,99
De 1921 a 1929	181,1	12,2	375 833	70,5	0,79
De 1901 a 1929	315,4	5,0	269 146	-	1,44

FONTES DOS DADOS BRUTOS: DALMAZO, Renato A. (1986). **Evolução histórica e estrutural das relações de comércio do Rio Grande do Sul: século XIX a 1930.** Porto Alegre : FEE. (Documentos GERPRO, n. 68). tab. I-3 e II-1.

NOTA: O deflator foi obtido em Love (1982, p. 415, coluna C-1), utilizando-se interpolação para os anos sem informação na década de 80 do século XIX.

(1) Média das relações entre os valores exportados e os importados, observada em cada ano do subperíodo. (2) A base é o ano imediatamente anterior ao primeiro do subperíodo em foco, exceto para o primeiro subperíodo (base 1880). (3) Taxa média geométrica.

Nos anos 20, intensificou-se a articulação comercial da economia gaúcha com as demais regiões do País e com o Exterior, observando-se um desempenho extremamente dinâmico das exportações, simultâneo à elevação das importações para um patamar muito superior à tendência histórica. A partir de 1921 e até 1929, as exportações seguiram em firme ascensão, com um crescimento real de 12% ao ano, configurando esse subperíodo como o auge das exportações estaduais. Em termos médios, nesses nove anos, o valor real das exportações foi superior em 70% àquele observado desde o início do século passado até antes da I Guerra Mundial.

Justamente nesse subperíodo, ocorreu um crescimento ainda mais extraordinário das importações. A partir de 1921, estabeleceu-se um novo patamar para as importações, que experimentaram novos acréscimos ao longo dos anos 20. Tais condições resultaram em saldos comerciais negativos em todos os anos, com o valor das exportações inferior ao das importações em 21%, em média. Durante esses anos de déficit comercial, os dados disponíveis para a tonelagem das exportações e das importações indicam que houve uma significativa melhora no poder de compra das exportações regionais ao longo do subperíodo, crescendo em 45% a relação entre os preços de exportação e de importação por tonelada de 1921 a 1929.²⁸

Embora o déficit comercial contrarie a tendência histórica de evolução da economia gaúcha e se apresente justamente no período de auge das exportações estaduais, quando houve melhoria nas relações de troca, não encontramos explicações para esse fato nos estudos sobre a economia gaúcha no período. O fato, mesmo quando identificado estatisticamente, não foi considerado para efeito de análise ou digno de ser mencionado (Almeida, 1992, p. 575). Pensamos que, pelo menos em parte, essa omissão decorre da circunstância de que o déficit comercial é uma característica que não cabe no modelo analítico usualmente aplicado para interpretar o movimento da economia gaúcha. O surgimento de déficits comerciais em vários anos seguidos indica que a demanda interna superava a produção estadual e adquiria papel cada vez mais relevante para o dinamismo da economia gaúcha. Em que pese o caráter primário das exportações estaduais e o papel destacado destas como fonte de dinamismo de toda a economia gaúcha, o movimento desta ao final do período adquire feições difíceis de serem explicadas

²⁸ Em outras palavras, isso significa que as exportações passaram a “comprar” 45% mais de importações. Conforme Dalmazo, que assinalou o “(...) paradoxo nas relações comerciais do Rio Grande do Sul: um saldo negativo da balança comercial, forjado pelo crescimento espetacular das importações de mercadorias, concomitante a um ganho real nas relações de troca” (1986, p. 40).

a partir da lógica de movimento de uma economia primário-exportadora (Souza, 1973) ou de uma economia simplesmente definida como subsidiária da economia agroexportadora cafeeira (Fonseca, 1983).²⁹

Se o excepcional crescimento das exportações gaúchas após a virada do século confirma o papel dinâmico da demanda externa para a economia regional, ele sugere, também, uma nova qualificação ao caráter subsidiário histórico da economia gaúcha, que passava a apresentar crescimento equiparável ao do "centro dinâmico" da economia nacional.³⁰ A nova qualidade dessa economia revela-se na capacidade adquirida de diversificar e ampliar sua estrutura de oferta e, conseqüentemente, sua pauta de exportações, a partir do desenvolvimento comercial e industrial da agropecuária colonial, claramente delineado a partir dos anos 70 do século XIX (Singer, 1977) e posteriormente favorecido pela política econômica dos governos republicanos estaduais.³¹

As análises sobre a economia gaúcha no período costumam indicar que suas características básicas são o caráter primário de sua produção e seu papel subsidiário da economia cafeeira, sendo seu crescimento dependente dos impulsos dinâmicos desta última (Souza, 1973; Fonseca, 1983; Dalmazo, 1986; Almeida, 1992). Desse ponto de vista, o movimento da economia gaúcha é assimilado ao de uma economia agroexportadora, tomando-se o volume das exportações como indicador da capacidade da estrutura produtiva estadual para estabelecer vínculos com o crescimento econômico de outras áreas e, portanto, como medida do potencial de expansão capitalista das economias regionais.³² Contudo, no caso da economia gaúcha, as exportações são uma medida parcial do potencial de expansão capitalista, pois essa expansão também se apoiou no mercado regional. A diversificação produtiva foi alcançada a partir de setores

²⁹ A precariedade dos dados disponíveis sobre a pauta de importações e sua origem determinou muitas dificuldades para uma análise do déficit comercial. Os poucos dados disponíveis foram apurados por Dalmazo (1986, tab. I-22, II-36, II-37, II-38), a partir dos quais formulamos algumas hipóteses que poderiam explicar o déficit comercial (Herrlein Júnior, 2000, p. 48-49), concluindo que, provavelmente, foi provocado em maior medida por um aumento das importações oriundas de São Paulo.

³⁰ A referência, aqui, é ao sudeste enquanto sede do "complexo cafeeiro" (Cano, 1977). Convém não perder de vista que o verdadeiro centro dinâmico de uma economia nacional agroexportadora se encontra fora do território dessa economia (Furtado, 1982), o que não suprime a consideração das determinações internas da acumulação de capital sob a hegemonia do capital cafeeiro (Mello, 1982).

³¹ O papel das políticas do Estado em relação ao desenvolvimento econômico não será considerado no presente ensaio. Para uma consideração ampla a respeito dessas políticas, ver Herrlein Júnior (2000, cap. 1.3, cap. 2).

³² Essa forma de compreender o movimento da economia gaúcha é explícita nos trabalhos de Paulo Renato de Souza (1973) e de Pedro Fernando Almeida (1992).

apoiados no mercado interno, que, no período, teve um papel crescente na absorção da produção estadual.

As transformações da estrutura produtiva no Rio Grande do Sul e a integração econômica de seu território durante a Primeira República estabeleceram na região uma diversificada **economia de mercado interno**. Essa condição facultou um excepcional dinamismo das exportações, que igualmente se diversificaram e cuja pauta incluía uma maioria de produtos principalmente absorvidos pelo consumo interno.³³ Diferentemente de uma economia agroexportadora, a economia gaúcha não apresentava uma separação fundamental entre as atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas ligadas ao mercado interno. Tampouco o crescimento da economia regional estava estreitamente determinado pela demanda externa, como em uma economia agroexportadora.

Mesmo se considerando a hegemonia do capital cafeeiro, imprimindo, em última instância, o movimento da economia brasileira entre 1888 e 1932, o dinamismo excepcional da economia gaúcha no período pode ser explicado. Ele se deveu, desde logo, à não-vinculação direta e estreita da economia gaúcha como subsidiária de uma única economia regional, pois detinha a condição de economia exportadora para diversos mercados regionais e para o Exterior. Cabe ponderar que o Rio de Janeiro e o nordeste brasileiro, mercados mais importantes para as exportações gaúchas, não eram os mercados regionais de maior dinamismo, condição provável do mercado paulista. Assim, o maior dinamismo apresentado pelas exportações gaúchas parece não ser explicado pela intensidade do crescimento da demanda, mas, sim, pela capacidade dos produtores regionais de expandirem e diversificarem uma oferta de bens de consumo, sobretudo de alimentos, cuja carência, resultado da própria lógica do modelo de crescimento agroexportador, tinha de ser suprida por importações do Exterior. Essa capacidade da estrutura da oferta agregada na economia gaúcha, decorrente do dinamismo de suas transformações, permitiu-lhe crescer intensamente, ocupando parcelas dos mercados regionais brasileiros, cuja expansão dependia, em última instância, do desempenho das exportações nacionais. Esse processo de desenvolvimento tornou-se possível na medida em que a produção gaúcha pôde apoiar-se num mercado interno relativamente amplo e em crescimento.

Pensamos que o papel dinâmico das exportações para a economia gaúcha é apenas um ponto de partida, favorecido pela disponibilidade dos dados, para interpretar o conjunto do seu movimento. Se o dinamismo do sistema

³³ A exceção eram os couros, o charque, a carne frigorificada e a banha, únicos produtos em toda estrutura produtiva estadual para os quais a demanda externa tinha papel preponderante na absorção da produção.

econômico regional provinha originalmente do bloco de exportações (à época do predomínio do sul pastoril), o fato é que o novo subsistema produtivo que emergiu no período em análise experimentou um processo de adensamento econômico, através da acumulação comercial e da diversificação produtiva, tornando-se também fornecedor de matérias-primas e mercado para a indústria regional, além de consumidor produtivo de matérias-primas da pecuária (couros e lã). As modificações da estrutura produtiva e a integração do espaço econômico regionais provocaram uma ampliação expressiva de seu mercado interno e da importância do mesmo para o crescimento econômico. Em consequência, surgiram impulsos dinâmicos internos mais significativos no final do período, levando a demanda monetária interna a ultrapassar a produção regional, conduzindo à absorção de “poupança externa” (déficits comerciais), mesmo num momento em que, seguramente, essa produção apresentava acelerado crescimento.

Há indicações de que, no final do período, a produção e a renda regionais cresceram mais que as exportações, em razão das transformações da estrutura produtiva e da ampliação do mercado regional. Uma comparação da evolução das exportações com os tributos e os gastos públicos indica um provável crescimento da renda interna em grau superior ao das exportações. De 1897 a 1929, a execução orçamentária estadual (gastos totais) cresceu 50% mais que as exportações. A diferença mais acentuada ocorreu no subperíodo 1916-29, quando os gastos aumentaram 70% mais. A receita tributária do Estado, que corresponde apenas a uma parte de suas receitas totais, cresceu apenas 7% mais que as exportações de 1904 a 1929, mas o diferencial concentra-se especialmente nos anos 1921-29, quando a receita de tributos cresceu 27% mais que as exportações. Nos anos anteriores, houve crescimento equivalente (1904-13) ou maior para as exportações (1914-20), confirmando o efeito negativo da conjuntura dos anos de guerra para a economia regional. Também a soma das receitas tributárias dos municípios gaúchos cresceu mais que as exportações, em 57%, de 1912 a 1927.³⁴

O provável crescimento da renda interna em grau superior ao das exportações revela a importância crescente do mercado interno para a economia gaúcha. A integração econômica do território, provavelmente, cumpriu um papel decisivo para o desenvolvimento regional, ao ampliar o mercado interno para os gêneros alimentícios, manufaturas e matérias-primas, produzidos internamente, **suscitando estímulos dinâmicos endógenos à economia regional.**

³⁴ Dados das exportações, conforme Herrlein Júnior (2000, anexo estat., tab. A-3); dados da execução orçamentária, em Pereira (1996, p. 237, tab. 2); dados da receita tributária estadual, em Carvalho, Pereira, Almeida (1998, p. 135-136, tab. 5); e dados para as receitas tributárias municipais, em Fonseca (1983, p. 138, tab. 44).

A natureza da articulação entre os impulsos dinâmicos internos e externos para o crescimento da economia gaúcha, assim como sua importância relativa, pode ser considerada com o auxílio de uma representação esquemática das relações entre a demanda agregada e o produto regionais. Em princípio (do ponto de vista lógico e também histórico), podemos considerar que as exportações consistiam no principal componente autônomo da demanda agregada e que o crescimento econômico regional era basicamente impulsionado pelas exportações, como em um modelo de economia agroexportadora. Nessa representação esquemática, um crescimento da renda interna mais acelerado do que a expansão das exportações seria traduzido por uma elevação do multiplicador das exportações, o que expressaria o adensamento de relações econômicas intra-regionais.

No entanto, o esquema não se sustenta como representação da economia gaúcha no período, pois, à medida que ocorriam déficits comerciais sustentados a partir de 1921, o crescimento da renda interna “impulsionado pelas exportações” estaria provocando uma expansão mais que proporcional das importações. O movimento dinâmico da economia regional seria melhor representado pela idéia de que a demanda agregada continha outros componente autônomos, que se tornaram mais importantes que as exportações para a determinação do nível da renda regional nos anos 20. À luz do estudo apresentado sobre a evolução da economia regional, podemos presumir que tais gastos autônomos tenham sido investimentos privados, que introduziram novas atividades industriais, a lavoura comercial do arroz e os novos trechos da malha ferroviária, além dos gastos públicos financiados com emissão de dívida. A própria instalação de novas colônias de agricultores tem efeito semelhante ao de um bloco de investimentos, que estabelece nova capacidade produtiva e imediata geração de produto e renda.³⁵ O adensamento das relações econômicas internas, através da expansão agrícola, comercial e industrial deve acionar o mecanismo acelerador, assegurando a continuidade induzida do investimento e ampliando os impulsos internos para o crescimento econômico.

Essa representação esquemática simples coloca em primeiro plano as determinações próprias do movimento da economia gaúcha, as quais, justamente, buscamos elucidar com o presente ensaio. O esclarecimento das determinações de primeira instância do movimento da economia gaúcha não suprime as demais determinações. Evidentemente, esse movimento estava, tal como já

³⁵ Os gastos de instalação de uma colônia envolviam as despesas de transporte dos imigrantes e com preparação das terras e obras de infra-estrutura local (realizadas pelo Estado); gastos com a compra dos lotes (financiados aos colonos em poucos anos) e de instrumentos e sementes para o plantio.

indicamos, determinado, em última instância, pela inserção da região no movimento da economia agroexportadora nacional. O caráter subsidiário da economia gaúcha no período da Primeira República fica, assim, devidamente qualificado pela rejeição do modelo agroexportador como representação adequada da dinâmica dessa economia regional. A inserção subsidiária combinou-se à configuração de uma economia de mercado interno.

Conclui-se que a economia gaúcha, definida, em princípio, como uma economia subsidiária e com elevado grau de auto-suficiência, passou por transformações durante a Primeira República, que lhe conferiram uma evolução extremamente dinâmica, com as maiores taxas nacionais de crescimento das exportações regionais e, possivelmente, com taxas ainda maiores da expansão da renda interna, ao menos no final do período. Tal evolução foi facultada pela expansão e pela diversificação da estrutura produtiva e das exportações regionais, bem como pelo papel crescente do mercado interno, reduzindo-se o grau de auto-suficiência da região em seu singular processo de desenvolvimento capitalista. A diversidade da economia gaúcha materializava-se numa estrutura produtiva apoiada na pecuária extensiva e em seus produtos derivados, na lavoura comercial de alimentos, como empresa familiar ou capitalista, com seus desdobramentos agroindustriais. Uma estrutura produtiva também estendida para uma produção industrial diversificada de bens de consumo, principalmente de pequena e média escala, que atendia à demanda regional e a alguns nichos do mercado nacional, contemplando com expressão os ramos de alimentação e bebidas, têxtil, vestuário e calçados, madeira e mobiliário, cerâmica, vidros, metal-mecânica e produtos químicos simples. Essa base produtiva regional expandiu-se impulsionada pelo movimento dos múltiplos e diversos capitais comerciais que se desdobravam em formas industriais, organizando novos cultivos e o processamento de bens primários, bem como estimulando a expansão dos serviços, com decisivo suporte da ação econômica do Estado em diversos campos, além da infra-estrutura de transportes.

A trajetória expansiva da economia gaúcha, atingindo seu auge no final da Primeira República, seria inevitavelmente afetada pela crise internacional estabelecida após o *crash* da Bolsa de Nova Iorque. A partir de 1930, a economia brasileira teve suas relações internacionais e inter-regionais profundamente modificadas.

Tabela 4

Valores médios e crescimento das exportações dos principais produtos na pauta do Rio Grande do Sul, segundo subperíodos selecionados — 1878-929

PRODUTOS	VALORES MÉDIOS POR SUBPERÍODO (mil contos de réis correntes)					
	1878-88 (11 anos)		1889-900 (12 anos)		1919-29 (11 anos)	
	Soma dos valores	Médias anuais	Soma dos valores	Médias anuais	Soma dos valores	Médias anuais
1 - Charque	62,1	5,6	127,1	10,6	755,1	68,6
2 - Couros	62,6	5,7	92,0	7,7	396,6	36,1
3 - Lã	2,8	0,3	9,4	0,8	164,9	15,0
4 - Carnes frigorificadas	-	-	-	-	151,6	13,8
I - Subtotal: soma de 1 a 4 ..	127,4	11,6	228,6	19,0	1 468,2	133,5
5 - Banha	3,7	0,3	55,7	4,6	616,1	56,0
6 - Farinha de mandioca	6,5	0,6	36,1	3,0	85,0	7,7
7 - Feijão	0,4	0	37,3	3,1	148,7	13,5
8 - Fumo	3,8	0,3	14,2	1,2	169,1	15,4
9 - Outros (1)	3,5	0,3	8,7	0,7	132,3	12,0
10 - Vinho	0,1	0	0,5	0	97,1	8,8
II - Subtotal: soma de 5 a 10	18,1	1,6	152,4	12,7	1 248,3	113,5
11 - Arroz	-	-	-	-	397,0	36,1
III - Subtotal: I + II + 11	145,6	13,2	380,9	31,7	3 113,5	283,0
TOTAL DO RS	205,0	18,6	491,1	40,9	3 945,5	358,7

(continua)

Tabela 4

Valores médios e crescimento das exportações dos principais produtos na pauta do Rio Grande do Sul, segundo subperíodos selecionados — 1878-929

PRODUTOS	TAXAS DE CRESCIMENTO NOMINAL ENTRE OS SUBPERÍODOS (variação das médias) (%)		
	De 1878-88 a 1889-900	De 1889-900 a 1919-29	De 1878-88 a 1919-29 (total)
1 - Charque	88	548	1 116
2 - Couros	35	370	534
3 - Lã	209	1 808	5 796
4 - Carnes frigorificadas	-	-	-
I - Subtotal: soma de 1 a 4 ..	64	601	1 052
5 - Banha	1 271	1 107	16 448
6 - Farinha de mandioca	405	157	1 199
7 - Feijão	8 820	335	38 725
8 - Fumo	240	1 200	4 320
9 - Outros (1)	127	1 558	3 657
10 - Vinho	228	22 486	74 022
II - Subtotal: soma de 5 a 10	671	794	6 786
11 - Arroz	-	-	-
III - Subtotal: I + II + 11	140	792	2 039
TOTAL DO RS	120	777	1 825

(continua)

Tabela 4

Valores médios e crescimento das exportações dos principais produtos na pauta do Rio Grande do Sul, segundo subperíodos selecionados — 1878-929

PRODUTOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO REAL (estimativas) (1) (%)		
	De 1883 a 1895	De 1895 a 1924	De 1883 a 1924
1 - Charque	0,20	2,30	1,70
2 - Couros	-2,60	1,20	0,10
3 - Lã	4,70	6,20	5,70
4 - Carnes frigorificadas	-	-	-
I - Subtotal: soma de 1 a 4 ..	-0,90	2,60	1,60
5 - Banha	19,10	4,50	8,40
6 - Farinha de mandioca	9,20	-0,80	1,90
7 - Feijão	40,20	1,00	10,70
8 - Fumo	5,50	4,80	5,00
9 - Outros (1)	1,90	5,70	4,60
10 - Vinho	5,20	15,40	12,50
II - Subtotal: soma de 5 a 10	13,30	3,50	6,10
11 - Arroz	-	-	-
III - Subtotal: I + II + 11	2,40	3,50	3,20
TOTAL DO RS	1,60	3,40	2,90

FONTE: DALMAZO, Renato A. (1986). **Evolução histórica e estrutural das relações de comércio do Rio Grande do Sul: século XIX a 1930**. Porto Alegre : FEE. (Documentos GERPRO, n. 68). tab. I-5, I-6, I-7, I-9, I-10, I-12, I-13, II-7, II-9, II-11, II-12, II-4, II-7, II-19, II- 21, II-23, II-27, II-29 e II-34.

NOTA: 1. Para o valor dos couros, dados relativos a "couros crus" nos dois primeiros subperíodos e "couros secos e salgados" no terceiro.

2. Os anos de referência são os pontos médios dos respectivos subperíodos. No segundo subperíodo, o ponto médio, indicado como 1895, corresponde a 1894 mais meio ano. O deflator foi obtido em Love (1982:415, coluna C-1), utilizando-se interpolação para os anos sem informação na década de 80 do século XIX e extrapolação para os dois anos imediatamente anteriores.

(1) Erva-mate, batatas, cebola e alho.

Bibliografia

- ABREU, Marcelo de P., org. (1992). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro : Campus.
- ALMEIDA, Pedro F. C. de (1992). A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha: 1870-1930. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 13, n. 2. p. 546-577.
- AXT, Gunter (1998). Política portuária e de navegação e a formação do Estado no Rio Grande do Sul. In: TARGA, Luiz R. P., org. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre : UFRGS; FEE; Lajeado : UNIVATES.
- BANDEIRA, Pedro S. (1994). As raízes históricas do declínio da região Sul. In: ALONSO, Jose Alonso F., BENETTI, Maria D., BANDEIRA, Pedro S. (1994). **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre : FEE.
- CANO, Wilson (1977). **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo : Hucitec.
- CANO, Wilson (1985). **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo; Campinas : Global; UNICAMP.
- CARDOSO, Fernando H. (1977). **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- CARVALHO, Maria Lúcia L. de, PEREIRA, Paulo R. D., ALMEIDA, Pedro F. C. (1998). O incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. In: TARGA, Luiz R. P., org. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre : UFRGS; FEE; Lajeado : UNIVATES.
- CASTRO, Antônio B. de (1971). A industrialização descentralizada no Brasil. In —. **Sete ensaios de economia brasileira**. Rio de Janeiro : Forense.
- DALMAZO, Renato (1986). **Evolução histórica e estrutural das relações de comércio do Rio Grande do Sul: século XIX a 1930**. Porto Alegre : FEE. (Documentos GERPRO, n. 68).
- FERREIRA FILHO, Arthur (1960). **História Geral do Rio Grande do Sul: 1503-1960**. 2.ed. Porto Alegre : Globo.
- FONSECA, Pedro C. D. (1983). **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre : Mercado Aberto.

- FONSECA, Pedro C. D. (1985). A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 263-289, maio/ago.
- FRANCO, Sérgio da C. (1983). **Porto Alegre e seu Comércio**. Porto Alegre : Associação Comercial de Porto Alegre.
- FURTADO, Celso (1982). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo : Nacional.
- HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo (2000). **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?** Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- LAGEMANN, Eugênio (1985). **O Banco Pelotense & o sistema financeiro regional**. Porto Alegre : Mercado Aberto.
- LAGEMANN, Eugênio (1999). A História do sistema financeiro no Rio Grande do Sul e no Uruguai dos primórdios até 1931: uma comparação. In: JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA, 2., Montevideo. **Anales...** Montevideo.
- LOVE, Joseph L. (1975). **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo : Perspectiva.
- LOVE, Joseph L. (1982). **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937**. São Paulo : Paz e Terra.
- MELLO, João M. C. (1982). **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo : Brasiliense.
- PEREIRA, Paulo R. D. (1996). As políticas de gasto público dos Estados e a promoção do desenvolvimento. In TARGA, Luiz R. P., org. (1996). **Gaúchos & paulistas: dez escritos de história regional comparada**. Porto Alegre : FEE.
- SINGER, Paul (1977). Porto Alegre. In —. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Rio de Janeiro : Cia. Editora Nacional.
- SOUZA, P. R. (1973). **Un modelo primário exportador regional: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. Santiago : Facultad Economica Política; Universidad de Chile. Trabajo de seminario para optar al grado de Magister en Ciencias Económicas.
- TARGA, Luiz R. P. (2000). **Rio Grande do Sul: ensaio de desenvolvimento econômico e social**. Cap.6/7. Tese (Doutoramento) Universidade de Paris XIII. Em elaboração. (mimeo).

- TARGA, Luiz R. P. (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre : FEE.
- TARGA, Luiz R. P., org. (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre : UFRGS; FEE; Lajeado : UNIVATES.
- TEJO, Limeira (1939). **A indústria rio-grandense em função da economia nacional**. Porto Alegre : Globo.
- TORRES, J. C. BRUM (1983). A economia agrícola do Rio Grande do Sul e a grande depressão: 1920-39. In: **Ensaíes FEE**, Porto Alegre, v.3, n.2, p.67-108.
- VILLELA, Annibal V., SUZIGAN, Wilson (1975). **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. Rio de Janeiro : IPEA/INPES.

Abstract

The text focuses on the evolution of the economy of Rio Grande do Sul during the period of the First Republic (1889-1930), taking its trade relations, either to other countries or other regions, as the major point of reference. The changes in the exports commodity structure as well as its rate of growth are analysed, being verified a very expressive diversification in the regional productive structure. This structural diversification, together with the regional market integration that occurred in the period, established an extremely dynamic evolution in the "gaucho" economy, based upon the intense growth in its exports and its internal market expansion.